



PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E A PROMOÇÃO DE DIÁLOGO PELA PSICOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM PRÉ- ADOLESCENTES EM UMA ESCOLA MUNICIPAL

Sanches Max Jesus Viana¹
Gilclecia Oliveira Lourenço²

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência desenvolvida a partir de atividade teórico-prática, realizada por meio da execução de uma oficina por discentes de psicologia em uma escola pública da cidade de Paulo Afonso-BA. A atividade foi parte da disciplina Sexualidade Humana, que compõe a grade curricular do curso de Psicologia da Faculdade Sete de Setembro, e caracterizou-se como uma oficina que propôs, por meio de imagens e frases, identificar possíveis estereótipos e discutir questões relacionadas à desigualdade de gênero com crianças e adolescentes. Foi solicitado aos participantes que construíssem perfis “femininos” e “masculinos” idealizados por eles e, em seguida, foi aberto um espaço de discussão sobre o material confeccionado. Os materiais confeccionados pelos alunos evidenciaram perfis de gênero estereotipados, embasados em modelos heteronormativos e binarismos sociais. Foi possível perceber o quanto o discurso patriarcal e sexista é presente na narrativa das crianças e adolescentes, e que esse processo se dá de forma estrutural, sendo por vezes naturalizado por eles. Conclui-se que, quando se usa de métodos acessíveis e que promovem a autonomia dos atores escolares na desconstrução e construção de saberes, viabilizam-se reflexões sobre temáticas compreendidas como “tabus”. A articulação do arcabouço teórico sobre gênero, construído na disciplina de Sexualidade Humana, com a experiência interventiva realizada com alunos do ensino básico mostrou-se eficaz no processo de ressignificação e promoção de conhecimento, igualdade e respeito, enriquecendo o percurso acadêmico de graduandos em psicologia e possibilitando reflexões sobre os atravessamentos discursivos de gênero na produção de subjetividade dos sujeitos.

Palavras chaves: Gênero, Psicologia, Adolescentes, Performatividade, Heteronormatividade.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre “gênero e sexualidade” ganham cada vez mais destaque no cenário político-social no Brasil e no mundo. As diferentes maneiras de viver das pessoas se mostram cada vez mais plurais, o que tem provocado tencionamentos nos modelos sociais mais tradicionalistas e fazendo com que determinadas posturas e discursos se blindem da ideia de encarar tais tradições como normas universais.

¹ Graduando do curso de Psicologia na Faculdade Sete de Setembro – FASETE, sanchesmax.sm@gmail.com;

² Professora orientadora, Doutora em Psicologia Clínica, Faculdade Sete de Setembro - FASETE, gilcleciaoliveira@gmail.com.

Em sua obra Problemas de Gênero, Judith Butler (2003) afirma que os conceitos de sexo e gênero surgem de algo que ela conceitua como heterossexualidade compulsória, na qual tanto o sexo como o gênero são atos normativos afirmados pela repetição de valores heterossexuais, os quais são considerados como normais e apropriados. Sendo assim, divergentes maneiras de viver insurgem desafiando e se contrapondo aos modelos de normalidade. Trazer à tona a questão da normalidade é bastante pertinente, pois mostra a ótica sobre os padrões estipulados e impostos sobre os modos de construção do ser homem/mulher, de se relacionar afetivo-sexualmente e de se comportar, fazendo existir um modo prescritivo e determinado a ser seguido.

Para Brosin e Tokarski (2017) Butler traz a perspectiva de que o gênero não é identidade substancial construída socialmente, mas performance reforçada de forma dinâmica ao longo de gerações. O gênero é em si mesmo uma norma que se cristaliza, ou seja, homens e mulheres não são naturalmente homens e mulheres, mas tais conceitos são materializados por mecanismos intensos a ponto de acreditarmos em sua naturalidade.

Diante disso o que acontece quando alguém se comporta diferentemente do esperado? Em muitos casos, são taxados de anormais ou desajustados e acabam sofrendo ações de punição e/ou correção, seja por comportamentos de exclusão e discriminação, seja por formas de violência mais explícita como, por exemplo, o bullying (considerando o contexto escolar), homofobia, transfobia, entre outros. É o que Louro (2003) discute ao perceber um regime severo, um controle sobre as sexualidades a partir de mecanismos de vigilância pela intervenção da religião, da ciência médica, da psiquiatria e da educação na construção dos prazeres “morais e sadios”, e no exercer de poder baseado em proibição e punição.

No contexto nacional, é possível se deparar com muitos episódios recentes que podem ilustrar a importância de refletir sobre essas temáticas, onde acontecimentos de violência, exclusão e discursos de ódio são noticiados diariamente pela imprensa. Recentemente, de acordo com reportagem do Extra (2019), o Presidente da República, em pronunciamento durante a Marcha para Jesus em Brasília, continuou a estigmatizar, numa postura de desinformação e contradizendo o Estado Laico de direito, as teorias e discussões de gênero ao denominá-las "coisa do capeta", sustentando um discurso moralista a respeito do zelo e preservação da "inocência das crianças".

Além disso, diariamente somos bombardeados por notícias de feminicídio, homofobia, preconceito, crimes que tem origem na própria iniquidade de gênero e na intolerância

relacionada à vivência da sexualidade. No Brasil, por exemplo, a plataforma Relógio da violência do Instituto Maria da Penha (2019) aponta que a cada dois segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal. O cenário, aqui apresentado, nos leva a questionar: como uma determinada identidade de gênero pode justificar tais atos de violência? E mais, diante de tantos acontecimentos, das rápidas transformações sociais e dos atravessamentos discursivos entorno do sexo e do gênero, como as nossas crianças e adolescentes estão se constituindo sujeitos?

Diante dessa realidade, problematizar tais temáticas no contexto escolar se justifica pela necessidade de se favorecer espaços de discussão sobre como os discursos relacionados ao gênero e a sexualidade podem se caracterizar como fatores ansiogênicos, além de, muitas vezes, incidir sobre comportamentos que estimulam preconceitos, discriminação e diversas outras formas de violência no cotidiano.

Neste sentido, este trabalho se caracteriza como um relato de experiência, desenvolvida a partir de uma oficina realizada com crianças e adolescentes de uma escola pública municipal da cidade de Paulo Afonso-BA, em que foram trabalhadas temáticas relacionadas às implicações do entendimento de gênero e sexualidade sobre o cotidiano escolar e sobre as relações interpessoais construídas entre os alunos. Para além de se promover diferenciações conceituais e didáticas sobre a temática “gênero e sexualidade”, o engajamento político da oficina proposta se fez no sentido de provocar reflexões sobre as regulações sociais e os discursos que reiteram estereótipos e exclusões, possibilitando um maior acolhimento das diferenças e das singularidades.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência desenvolvida a partir de atividade teórico-prática, realizada por meio da execução de uma oficina por discentes de psicologia em uma escola pública municipal da cidade de Paulo Afonso-BA. A atividade foi parte da disciplina Sexualidade Humana, que compõe a grade curricular do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade Sete de Setembro, e caracterizou-se como uma oficina da qual participou uma turma do ensino básico, composta por aproximadamente 30 alunos, com idades entre 10 e 13 anos, e sua professora. A oficina foi vivenciada numa sala de aula na própria instituição municipal de ensino.

Para Freire (1997) é a partir do contexto vivido que se pode chegar ao contexto teórico, o que requer curiosidade, problematização, criatividade, diálogo, e o protagonismo dos sujeitos na busca de transformação social. Neste sentido, partiu-se do pressuposto de que favorecer espaços de diálogos para crianças e adolescentes possibilita a (re)construção de crenças e posturas, a (re)descoberta de potencialidades afetivas e sociais, estimula o pensamento crítico e ensina o protagonismo social.

O propósito da atividade foi propiciar um espaço de escuta e de fala que estimulasse a reflexão e a ressignificação de experiências, promovendo uma articulação entre o conhecimento teórico e sua aplicabilidade ao por em discussão as diversas formas de discriminação relacionadas à diversidade sexual, as iniquidades de gênero e suas implicações nas relações cotidianas, além de refletir sobre as diferentes manifestações de violência associadas a estas temáticas.

Assim, por meio de imagens e frases, buscou-se identificar possíveis estereótipos e discutir questões relacionadas à desigualdade de gênero e diversidade sexual com as crianças e adolescentes. Foi solicitado aos participantes que montassem perfis “femininos” e “masculinos” idealizados por eles e, em seguida, foi aberto um espaço de discussão sobre o material confeccionado.

Vale salientar que os conteúdos trazidos e citados neste trabalho estão resguardados pela ética tanto da produção do estudo na confiuração de relato de experiência, quanto da própria prática psicológica. Tomou-se o devido cuidado para não trazer falas dos participantes, nem se referir aos alunos pelos seus nomes na discussão deste trabalho, resguardando assim o sigilo da identidade dos mesmos.

GÊNERO E PERFORMATIVIDADE – PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS

As teorias e estudos sobre gênero possuem uma linha histórica importante, mas apesar disso, o enfoque desse trabalho partirá da perspectiva de Butler. O intuito não é descartar as outras construções e perspectivas defendidas ao longo de décadas, mas fazer uma leitura e uma conexão com a intervenção a ser descrita aqui de maneira mais pontual, voltando-se para os desafios da contemporaneidade.

A respeito da pluralidade de pensamento dentro das teorias de gênero, é importante destacar que:

[...] o conceito de gênero passou por inúmeras transformações ao longo da história e produção do movimento feminista. As teóricas e seus pensamentos e construções sobre o conceito de gênero [...] têm em comum, entre outras coisas, o projeto de construção de uma sociedade sem hierarquias de gênero, onde as compreensões (sociais, físicas, biológicas, etc.) sobre homens e mulheres não sejam utilizadas para conferir privilégios e corroborar opressões. Esses debates [...] não encontram consenso, nem se esgotam dentro da própria teoria feminista [...]. (SILVA, 2019, p 291-292).

Ao pensar as categorias de gênero, sob a ótica da performatividade e da heteronormatividade, Butler (2003) aponta importantes considerações para a construção da filosofia política feminista. De acordo com Haddad e Haddad (2015) Butler vai pensar uma identidade de gênero que é instituída através da repetição estilizada de atos performativos, ou seja, o sujeito teatraliza, através de gestos corporais, falas, movimentos, os papéis e as encenações, dando a sensação de um gênero estabelecido. Para os autores, é desse modo que a cultura impõe práticas entendidas como femininas ou masculinas, denominadas por Butler de “performatividade”, reinterando binarismos e excluindo quem não se enquadra nos comportamentos impostos como norma, o que será conceituado de “heteronormatividade”. Assim, tais identidades não descrevem a realidade, na verdade são impostas.

Segundo Brosin e Tokarski (2017) um dos efeitos da heteronormatividade é a inferiorização do feminino, considerado pelas mesmas como o pólo mais vulnerável na dicotomia heterossexual atualmente vigente. Mas de acordo com as autoras, seguir o pensamento de Butler é supor que o caminho emancipatório não consiste apenas em disputar o reestruturar de tal dicotomia para as mulheres, mas primeiro questionar os próprios termos identitários.

Butler (2003) teoriza que o feminismo falhou ao colocar a “mulher” como sendo capaz de produzir unidade para um grupo, por não existir uma mulher universal. Tal unidade, na prática, acaba reforçando uma visão binária de gênero, onde há uma divisão clara entre homens e mulheres, impedindo o feminismo a construção de sua própria identidade individual e possibilidades de opções.

Butler mostra-se preocupada em construir alternativas discursivas que forcem os limites impostos pela filosofia moderna a fim de ampliar o horizonte das vidas que importam e merecem reconhecimento e proteção, pois na lógica da heteronormatividade apenas o corpo coerente à norma é um corpo que importa, ressaltam Brosin e Tokarski (2017).

Segundo Silveira *et al* (2019) quando se considera o gênero uma construção social, passa-se a compreender que há muitas formas de se definir masculinidade e feminilidade, mas a sociedade considera apenas uma maneira de ser homem e de ser mulher. Então, é definido

um padrão a ser seguido e aqueles que não seguem tal padrão praticamente são considerados anormais.

A partir do estudo de Detoni e Goulart (2013), compreende-se como a construção da masculinidade na nossa cultura se dá no embate da força, da virilidade para aguentar a dureza do trabalho, um modelo de homem forte, corajoso e insaciável sexualmente. Os autores também destacam a construção estruturante da feminilidade, uma mulher naturalmente pronta ao cuidado, que responsabiliza e sobrecarrega as mulheres quanto à vigilância do seu corpo reprodutivo e do corpo das crianças, que vai desde os aspectos nutricionais até o aprendizado. Assim se Naturaliza, o lugar da mulher como a que gere o que está no âmbito privado e doméstico, ao mesmo tempo que marginaliza o acesso do próprio cuidado do homem com a sua saúde que vem sendo pauta das discussões em torno da Política Nacional de Saúde do Homem.

Taylor (2012), que em seu estudo para o Instituto Promundo investigou homens no Brasil que demonstraram iniciativa e escolheram o trabalho de cuidar, demonstra que estes homens observaram e desconstruíram estruturas e padrões de gênero ao seu redor, interagiram em grupos diversos e criaram redes com outros homens (e mulheres), e ainda foram defensores e representantes do trabalho de cuidar relacionado com o gênero. A autora aponta que os relatos dos homens neste estudo confirmam que as políticas e programas desempenham funções importantes para criar condições e promoção de uma cultura de atenção aos homens, além de compreender a diversidade entre eles.

Segundo Silva & Santos (2017) vivemos ainda em uma sociedade machista, que objetifica a mulher, inferiorizando-a nos âmbitos familiar, político e econômico. Mesmo afetando os homens, tais diferenças continuam estimuladas, a ponto de características femininas serem encaradas como sinal de fraqueza e de forma negativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de atividade planejada e executada por discentes de Psicologia, a atividade prática proposta além de para favorecer a discussão da temática de gênero e sexualidade entre crianças e adolescentes, também foi utilizada como uma estratégia facilitadora da construção do conhecimento e formação profissional em psicologia. A ação foi pensada e construída em consonância com as competências e habilidades a serem desenvolvidas pela disciplina Sexualidade Humana e previstas no Plano de Aprendizagem da mesma.

Quando foi proposto aos graduandos de psicologia o desafio de planejar e executar uma atividade voltada para a discussão de questões de gênero e sexualidade com crianças e adolescentes, os futuros psicólogos se organizaram em grupos para decidir quais temáticas seriam mais relevantes serem trabalhadas e a metodologia a ser utilizada. Após as negociações o grupo escolheu focar nas questões de gênero, especificamente no que concerne ao conceito de performatividade de Butler.

Foi definido um roteiro para a oficina, que se caracterizou por uma dinâmica inicial para trabalhar a desinibição e integração dos participantes; depois, utilizando folhas de papel madeira, palavras e imagens sobre aspectos, comportamentos, características, profissões e brinquedos, etc, foi solicitado às crianças e adolescentes que construíssem perfis do que pensavam ser características de meninos e de meninas; posteriormente, a apresentação do material confeccionado oportunizou a discussão sobre as construções de gênero, propiciando reflexões sobre os pressupostos expostos. Por fim, para encerrar, cada participante avaliou a atividade, definindo com uma palavra como foi, para ele, a experiência de vivenciar a oficina.

Inicialmente, todos os participantes demonstraram um pouco de estranheza e timidez. Antes de começar as atividades, foi explicada a proposta da oficina a professora da turma. Ela se mostrou resistente à temática abordada e indagou se a atividade poderia induzir os meninos a quererem brincar de boneca. O grupo mediador da oficina deixou claro que não era essa a proposta e que a ideia era ouvir as crianças e adolescentes sobre como eles pensam e compreendem sobre o que é ser menino e menina.

Silveira *et al* (2019) constata como atividades que desenvolvam inclusão às diversidades sexuais e de gênero em escolas ainda são polêmicas e muitas vezes proibidas neste ambiente. A atitude da professora diante da proposta apresentada nos permite perceber que falar de gênero, performatividade, desconstrução e outros conceitos abordados nas teorias de gênero ainda provoca desconforto e resistência.

A atividade foi iniciada com as crianças e adolescentes, a turma foi dividida em dois grupos: um formado só de meninas e o outro só de meninos. Foi disponibilizada uma folha de papel madeira para cada grupo, bem como palavras e desenhos impressos para ambos os grupos. Ao grupo constituído por meninas, foi solicitado que criasse um perfil com características que acreditam serem próprias “de menino”, e ao grupo de meninos que construíssem um perfil “de menina”.

Os participantes foram orientados sobre a não obrigatoriedade de usarem todas as

palavras, e que, caso houvesse alguma discordância entre eles sobre colocar ou não alguma característica no perfil, a maioria do grupo decidiria, mas eles poderiam trazer para discussão depois quem discordou, e deixar o espaço aberto para a(o) colega expressar sua opinião.

O grupo das meninas demonstrou estar mais organizado e dialogando mais. No grupo constituído por meninos, dois alunos não quiseram participar da atividade e este desejo foi respeitado. As produções construídas pelos adolescentes apresentaram uma predominância de produtos de beleza (maquiagens, esmalte), bonecas, utensílios domésticos e palavras como cuidado, sensível, e determinadas profissões (professora, costureira) para caracterizar as mulheres e, para caracterizar os homens, foram escolhidas por exemplo, imagens de carrinhos, bola de futebol, bicicletas e palavras como força, coragem, e policial militar.

A escola e a família, de acordo com Reis e Santos (2011) acaba produzindo diferenças entre os gêneros, com uma pedagogia desigual e sexista, delimitando como o menino e a menina devem se comportar e agir, determinando estereótipos onde o menino deve ser mais ativo e agressivo, e ligado à razão, já a menina deve ser mais quieta, meiga e caprichosa, ligada à emoção.

Depois que os perfis foram criados, os cartazes foram expostos e apresentados para o grande grupo, servindo como gatilho para as discussões. Foi perguntado para as meninas se elas concordavam com o perfil criado pelos meninos, o que elas retirariam ou acrescentariam, e vice-versa. Após as alterações feitas, os grupos refletiram sobre os perfis construídos.

Os meninos se mostraram mais mobilizados pela discussão, principalmente ao serem interpelados, por exemplo, sobre o porquê de pensarem que os homens não podem ser frágeis e sensíveis ou que as meninas não eram corajosas e não podiam ter um carrinho de brinquedo.

Segundo Brosin & Tokarski (2017) tanto homens como mulheres são vítimas dessa normatização de gênero, assim pode-se perceber uma base mais ampliada de indivíduos vulneráveis à heteronormatividade.

Durante a mediação das discussões, algumas provocações foram feitas destacando e contextualizando a vida cotidiana dos participantes com intuito de fazer refletir sobre as construções de gênero na organização da vida diária. Observou-se, por exemplo, que muitos dos participantes eram oriundos de uma configuração familiar monoparental, sendo criados apenas pela mãe, constatação que os fez (re)significar a ideia de coragem e valentia associados ao feminino e masculino, bem como as implicações das concepções de gênero no exercício das parentalidades. Assim como, ao serem indagados sobre o fato de homens poderem ou não chorar, os meninos reconheceram que muitas vezes já se sensibilizaram com

situações do cotidiano, o que favoreceu a discussão sobre a sensibilidade masculina e como a expressão dos sentimentos dos homens acaba sendo inibida pelas normas sociais.

Segundo Freire (1997) o diálogo é o encontro dos homens mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo, no qual se pressupõe o amor ao mundo e às pessoas, além da esperança e o reconhecer das diferenças sem negá-las, mas promovendo sua compreensão. As discussões construídas no grande grupo possibilitaram a articulação entre o cotidiano e as experiências individuais dos participantes com a compreensão sobre aquilo que até então consideravam próprios do “ser menino” e do “ser menina”.

É importante destacar que o grupo constituído por meninos protagonizaram mais discordâncias, resistências e inquietações, não só no que concerne ao perfil que construíram sobre o que entendiam sobre “ser menina”, mas também, diante do perfil “de menino” construído pelo grupo de meninas após ouvirem as opiniões delas sobre o que eles podiam ou não fazer. Foi possível perceber o quanto o discurso patriarcal e sexista é presente na narrativa das crianças e adolescentes, e que esse processo se dá de forma estrutural, sendo por vezes naturalizado por eles.

Para encerrar, foi solicitado que cada um definisse com uma palavra como foi aquele momento para eles. Destacando-se palavras como, harmonia, superação, aprendizado. Sampaio (2015) enfatiza que projetos como oficinas de gênero em escolas questionam as hierarquias de gênero, problematizam a naturalização das categorias na sociedade e estimulam os estudantes a se colocarem na função social e cidadã de transformadores desta realidade.

A experiência propiciada pela oficina aqui narrada, nos leva a enfatizar a importância de se favorecer espaços de discussão onde crianças e jovens possam problematizar e refletir sobre temáticas ainda consideradas tabus em nossa sociedade, bem como a relevância de atividades como estas na formação profissional em psicologia ao promover a articulação entre a teoria e a prática a partir da identificação de demandas sociais relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os graduandos de psicologia, alunos da disciplina Sexualidade Humana, a oficina favoreceu a articulação entre a teoria assimilada em sala de aula com a prática a partir da identificação de demandas características do ambiente escolar e que estão relacionadas com as temáticas de Sexualidade e Gênero, mostrando-se uma atividade enriquecedora na formação profissional. A articulação do arcabouço teórico sobre gênero, construído na disciplina com a

experiência interventiva realizada com os alunos do ensino básico mostrou-se eficaz no processo de ressignificação e promoção de conhecimento, igualdade, respeito e saúde no âmbito escolar, enriquecendo o percurso acadêmico de graduandos em psicologia, viabilizando novas nuances de atuação, contribuindo para os estudos de gênero, além de preparar o futuro profissional psicólogo para uma prática profissional mais sólida, segura e que se ocupa de temas tão relevantes.

A atividade foi avaliada positivamente por todos os participantes, sejam aqueles que compunham o corpo discente da Faculdade Sete de Setembro e que mediarão as oficinas, seja por aqueles que se caracterizaram como público alvo e a equipe técnica da escola pública de ensino básico que acolheu a atividade proposta, uma vez que temáticas como discriminação, violência de gênero e sexual, bullying, tolerância, entre outras, puderam ser debatidas e refletidas pelos alunos.

Novakowski *et al* (2016, *apud* SILVEIRA, 2019) demonstram que diversos estudos apontam que crianças contribuem de forma ativa na produção e mudança cultural. Diante desta realidade, é notória a urgência cada vez maior de se discutir as temáticas de gênero no ambiente escolar, pois a escola, para além de um espaço de construção de conhecimento, deve se caracterizar como um lugar de formação de cidadãos comprometidos com a dignidade humana e protagonismo social.

A psicologia através de suas diversas teorias, áreas de atuação e o sistema Conselhos demonstra estar engajada e comprometida em contribuir com essas discussões, discussões totalmente alinhadas com o Código de ética de profissionais Psicólogas (os) que garante como dever da (o) profissional a promoção de bem estar e minimização dos sofrimentos.

Em contrapartida, Diaz (2012, *apud* BROSIN & TOKARSKI, 2017) compreende que estamos atravessados por políticas públicas sociais que manejam nossas vulnerabilidades de maneiras injustas e desiguais, de modo que algumas vidas podem prosperar e outras são marginalizadas. Louro (2010) acredita que é preciso deseducar os sujeitos porque a educação foi formada e constituída dentro de um padrão de homem e mulher, que já não nos serve mais, e que quando a escola se omite do debate pratica a pedagogia da sexualidade, o disciplinar dos corpos.

Em tempo de projetos de leis como o “Escola sem partido” (2015), que cerceia o pensamento crítico e o protagonismo político dos alunos e atores escolares ao vedar, no seu artigo terceiro, em sala de aula, qualquer discussão política que possa estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes, a experiência

narrada neste trabalho reitera a necessidade de efetivação de políticas públicas que contribuam para a construção do diálogo e do conhecimento e favoreça a reflexão sobre as desigualdades, violências, opressão e sofrimento que a heteronormatividade, o machismo e o preconceito causam na humanidade.

REFERÊNCIAS

BROSIN, Danuska; TOKARSKI, Maine Laís. Do gênero à norma: contribuições de Judith Butler para a filosofia política feminista. Ed.1º, Niterói: **Revista Gênero**, ed.18, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei n.º 867, de 2015 – Escola sem partido**. 2015.

DETONI, Priscila Pavan; GOULART, Lucas Aguiar. A mulher-mãe e o homem-ausente: notas sobre feminilidades e masculinidades nos documentos das políticas de assistência social. **Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Sulina, p. 118-132, 2013.

EXTRA. SOARES, Jussara; GULLINO, Daniel. **'Ideologia de gênero é coisa do capeta' e 'leis existem para proteger maiorias', diz Bolsonaro**. [online]. 10 de agosto de 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/ideologia-de-genero-coisa-do-capeta-leis-existem-para-proteger-maiorias-diz-bolsonaro-23869086.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

HADDAD, Maria Irene Delbone; HADDAD, Rogério Delbone. **Judith Butler: Performatividade, constituição de gênero e teoria feminista**. 2015.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Relógios da violência**. Disponível em: <https://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Pedagogias da Sexualidade - O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



REIS, Cássia Barbosa; SANTOS, Nayana Rosa dos. Relações desiguais de gênero no discurso de adolescentes. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 2011.

SAMPAIO, Paula Faustino; Oficinas de gênero e cidadania na escola. Ed.36, **mneme – revista de humanidades**, 2015.

SILVA, Elder Luan dos Santos. A ‘Ideologia de Gênero’ no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas. **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, ed. 10, Salvador: UFBA, 2019.

SILVA, Vandcleide Monteiro da; SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. **Oficinas Pedagógicas: Discutindo gênero e diversidade sexual na escola**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

SILVEIRA, Eliane Fraga. et al.. Questões de gênero na escola: perspectiva De alunxs da educação infantil sobre Padrões estabelecidos socialmente. Ed. 2. Niterói-RJ: **Revista Gênero**, 2019.

TAYLOR, Alice. **Homens que Cuidam: Um estudo de caso sobre homens que se envolvem em Papéis de cuidado**. Rio de Janeiro: Instituto Promundo e International Center for Research on Women, 2012.

